

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
6	RE 566471		Dever do Estado de fornecer medicamento de alto custo a portador de doença grave que não possui condições financeiras para comprá-lo.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
16	RE 643247		Cobrança de taxa pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndio.	Há	Acórdão de mérito publicado	A segurança pública, presentes a prevenção e o combate a incêndios, faz-se, no campo da atividade precípua, pela unidade da Federação, e, porque serviço essencial, tem como a viabilizá-la a arrecadação de impostos, não cabendo ao Município a criação de taxa para tal fim.	
19	RE 565089		Indenização pelo não-encaminhamento de projeto de lei de reajuste anual dos vencimentos de servidores públicos.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
22	RE 560900		Restrição à participação em concurso público de candidato que responde a processo criminal.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
28	RE 614819		Fracionamento da execução com expedição de precatório para pagamento de parte incontroversa da condenação.	Há	Aguarda Substituição de Paradigma		
32	RE 566622		Reserva de lei complementar para instituir requisitos à concessão de imunidade tributária às entidades beneficentes de assistência social.	Há	Acórdão de mérito publicado	Os requisitos para o gozo de imunidade não de estar previstos em lei complementar.	
34	RE 570122		Ampliação da base de cálculo e majoração da alíquota da COFINS pela Lei nº 10.833/2003, resultante da conversão da Medida Provisória nº 135/2003.	Há	Mérito julgado		
47	RE 576920		Natureza do controle externo exercido pelos Tribunais de Contas Estaduais em relação a atos administrativos dos Municípios.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
57	RE 601580		Possibilidade de servidor público militar transferido ingressar em universidade pública, na falta de universidade privada congênera à de origem.	Há	Mérito julgado	É constitucional a previsão legal que assegure, na hipótese de transferência ex officio de servidor, a matrícula em instituição pública, se inexistir instituição congênera à de origem	
69	RE 574706	RE 574706	Inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.	Há	Acórdão de mérito publicado	O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS.	
72	RE 576967	RE 576967	Inclusão do salário-maternidade na base de cálculo da Contribuição Previdenciária incidente sobre a remuneração.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
79	RE 565886	RE 565886	a) Reserva de lei complementar para instituir PIS e COFINS sobre a importação. b) Aplicação retroativa da Lei nº 10.865/2004.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
100	RE 586068	RE 586068	a) Aplicação do art. 741, parágrafo único, do Código de Processo Civil, no âmbito dos Juizados Especiais Federais. b) Possibilidade de desconstituição de decisão judicial de processo com trânsito em julgado fundada em norma posteriormente declarada inconstitucional.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
104	RE 590186	RE 590186	Incidência de IOF em contratos de mútuo em que não participam instituições financeiras.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
106	RE 590880	RE 590880	a) Competência para, após o advento da Lei nº 8.112/90, julgar os efeitos de decisão anteriormente proferida pela Justiça do Trabalho. b) Extensão do reajuste de 84,32%, relativo ao IPC do mês de março de 1990 (Plano Collor), concedido pela Justiça Federal em decisão transitada em julgado, a outros servidores.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
111	RE 970343	RE 970343	Aplicabilidade imediata do art. 78, § 2º, do ADCT para fins de compensação de débitos tributários com precatórios de natureza alimentar.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
117	RE 591340	RE 591340	Limitação do direito de compensação de prejuízos fiscais do IRPJ e da base de cálculo negativa da CSLL.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
118	RE 592616	RE 592616	Inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
123	RE 948634	RE 948634	Aplicação de lei nova sobre plano de saúde aos contratos anteriormente firmados.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
124	RE 825274	RE 825274	Cabimento de recurso especial eleitoral contra decisão administrativa sobre prestação de contas de campanhas eleitorais.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
137	RE 590871	RE 590871	Prazo para a Fazenda Pública opor embargos à execução.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
149	RE 594435	RE 594435	Competência para processar e julgar causa que envolve contribuição previdenciária instituída pelo Estado membro incidente sobre complementação de proventos e de pensões por ele paga.	Há	Acórdão de Mérito Publicado		
150	RE 593818	RE 593818	Consideração de condenações transitadas em julgado há mais de cinco anos como maus antecedentes para efeito de fixação da pena-base.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
157	RE 729744	RE 729744	Competência exclusiva da Câmara Municipal para o julgamento das contas de Prefeito.	Há	Acórdão de mérito publicado	O parecer técnico elaborado pelo Tribunal de Contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local, sendo incabível o julgamento ficto das contas por decurso de prazo.	
160	RE 596701	RE 596701	Contribuição previdenciária sobre pensões e proventos e militares inativos entre a Emenda Constitucional nº 20/98 e a Emenda Constitucional nº 41/2003.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		Sim (art. 1.035, § 5º, NCPC)
167	RE 595107	RE 595107	Cálculo dos índices de correção monetária quando da implantação do Plano Real.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
176	RE 593824	RE 593824	Inclusão dos valores pagos a título de "demanda contratada" na base de cálculo do ICMS sobre operações envolvendo energia elétrica.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		Sim (art. 1.035, § 5º, NCPC)
179	RE 587108	RE 587108	Compensação de créditos calculados com base nos valores dos bens e mercadorias em estoque, no momento da transição da sistemática cumulativa para a não-cumulativa da contribuição para o PIS e da COFINS.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		Sim (art. 1.035, § 5º, NCPC)
184	RE 593727	RE 593727	Poder de investigação do Ministério Público.	Há	Acórdão de mérito publicado	O Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado, observadas, sempre, por seus agentes, as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e, também, as prerrogativas profissionais de que se acham investidos, em nosso País, os Advogados (Lei 8.906/1994, art. 7º, notadamente os incisos I, II, III, XI, XIII, XIV e XIX), sem prejuízo da possibilidade – sempre presente no Estado democrático de Direito – do permanente controle jurisdicional dos atos, necessariamente documentados (Súmula Vinculante 14), praticados pelos membros dessa Instituição.	
185	RE 596286	RE 596286	Incidência do imposto de renda sobre os resultados financeiros verificados na liquidação de contratos de swap para fins de hedge.	Há	Aguarda Substituição de Paradigma		
203	RE 597285	RE 597285	Sistema de reserva de vagas, como forma de ação afirmativa de inclusão social, estabelecido por universidade.	Há	Acórdão de mérito publicado	É constitucional o uso de ações afirmativas, tal como a utilização do sistema de reserva de vagas ("cotas") por critério étnico-racial, na seleção para ingresso no ensino superior público.	
206	RE 597673	RE 597673	Garantia de ressarcimento aos cartórios de ofícios únicos pelos atos executados gratuitamente.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		



TJDFT

Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Secretaria Judiciária - SEJU
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
207	RE 598468	RE 598468	Reconhecimento a contribuinte optante pelo SIMPLES das imunidades tributárias previstas nos artigos 149, § 2º, I e 153, § 3º, III, da Constituição Federal.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
208	RE 601220	RE 601220	Competência jurisdicional para processar e julgar ação de reparação de danos causados por crítica veiculada pela internet.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
210	RE 636331	RE 636331	Limitação de indenizações por danos decorrentes de extravio de bagagem com fundamento na Convenção de Varsóvia.	Há	Acórdão de mérito publicado	Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor.	
218	RE 588954	RE 588954	Direito de supermercado a crédito do ICMS relativo à energia elétrica utilizada no processo produtivo de alimentos que comercializa.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
220	RE 592581	RE 592581	Competência do Poder Judiciário para determinar ao Poder Executivo a realização de obras em estabelecimentos prisionais com o objetivo de assegurar a observância de direitos fundamentais dos presos.	Há	Acórdão de mérito publicado	É lícito ao Judiciário impor à Administração Pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais para dar efetividade ao postulado da dignidade da pessoa humana e assegurar aos detentos o respeito à sua integridade física e moral, nos termos do que preceitua o art. 5º, XLIX, da Constituição Federal, não sendo oponível à decisão o argumento da reserva do possível nem o princípio da separação dos poderes.	
221	RE 593448	RE 593448	Competência legislativa municipal para restringir direito de férias de servidores municipais.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
222	RE 597124	RE 597124	Extensão do adicional de risco portuário ao trabalhador portuário avulso.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
228	RE 596832	RE 596832	Restituição de valores recolhidos a maior a título de PIS e COFINS mediante o regime de substituição tributária.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
231	RE 597092	RE 597092	Seqüestro de recursos financeiros do Estado no caso de parcelamento compulsório de precatório.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
244	RE 599316	RE 599316	Limitação temporal para o aproveitamento de créditos de PIS E COFINS.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
246	RE 760931	RE 760931	Responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço.	Há	Acórdão de mérito publicado	O inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93.	
247	RE 603497	RE 603497	Incidência do ISS sobre materiais empregados na construção civil.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
249	RE 627106	RE 627106	Execução extrajudicial de dívidas hipotecárias contraídas no regime do Sistema Financeiro de Habitação.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
254	RE 600010	RE 600010	Equiparação de Caixa de Assistência de grupo profissional a entidades beneficentes de assistência social para fins de imunidade tributária.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
261	RE 581947	RE 581947	Cobrança de taxa de ocupação do solo e do espaço aéreo por poste de transmissão de energia elétrica.	Há	Acórdão de mérito publicado	É inconstitucional a cobrança de taxa, espécie tributária, pelo uso de espaços públicos dos municípios por concessionárias prestadoras do serviço público de fornecimento de energia elétrica.	
262	RE 605533	RE 605533	Legitimidade do Ministério Público para ajuizar ação civil pública que tem por objetivo compelir entes federados a entregar medicamentos a portadores de certas doenças.	Há	Mérito julgado		
264	RE 626307	RE 626307	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança por alegados expurgos inflacionários decorrentes dos planos Bresser e Verão.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		SIM (art. 543-B, § 1º, CPC 1973)

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
265	RE 591797	RE 591797	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do plano Collor I.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		SIM (art. 543-B, § 1º, CPC 1973)
266	RE 605481	RE 605481	Citação da Fazenda Pública para expedição de precatório complementar.	Há (com reafirmação de jurisprudência)	Acórdão de mérito publicado		
281	RE 611601	RE 611601	Contribuição para a seguridade social a cargo das agroindústrias sobre a receita bruta prevista na Lei nº 10.256/2001.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
284	RE 631363	RE 631363	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor I.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		SIM (art. 543-B, § 1º, CPC 1973)
285	RE 632212	RE 632212	Diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo BACEN, por alegados expurgos inflacionários decorrentes do Plano Collor II.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		SIM (art. 543-B, § 1º, CPC 1973)
289	RE 607582	RE 607582	Bloqueio de verbas públicas para garantia de fornecimento de medicamentos.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
293	RE 612358	RE 612358	Contagem especial de tempo de serviço, prestado sob condições insalubres, em período anterior à instituição do Regime Jurídico Único.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
296	RE 784439	RE 784439	Caráter taxativo da lista de serviços sujeitos ao ISS a que se refere o art. 156, III, da Constituição Federal.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
298	RE 545796	RE 545796	Diferimento da compensação tributária advinda da correção monetária das demonstrações financeiras no período-base de 1990.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
299	RE 635688	RE 635688	Aproveitamento integral de créditos do ICMS pago na operação antecedente em hipóteses de redução parcial da base de cálculo na operação subsequente.	Há	Acórdão de mérito publicado	A redução da base de cálculo de ICMS equivale à isenção parcial, o que acarreta a anulação proporcional de crédito relativo às operações anteriores, salvo disposição em lei estadual em sentido contrário.	
300	RE 603136	RE 603136	Incidência do ISS sobre os contratos de franquia.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
303	RE 605506	RE 605506	Cobrança de IPI na base de cálculo do PIS e da COFINS exigida e recolhida pelas montadoras de veículos em regime de substituição tributária.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
304	RE 607109	RE 607109	Apropriação de créditos de PIS e COFINS na aquisição de desperdícios, resíduos ou aparas.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
309	RE 656558	RE 656558	Alcance das sanções impostas pelo art. 37, § 4º, da Constituição Federal aos condenados por improbidade administrativa.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
317	RE 630137	RE 630137	Auto-aplicabilidade da imunidade relativa à contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões dos servidores públicos, prevista no art. 40, § 21, da Constituição Federal, quando o beneficiário for portador de doença incapacitante.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
321	RE 1040229	RE 1040229	Limites impostos pelo princípio do juiz natural à convalidação de ação individual em um incidente processual, no bojo de ação coletiva em trânsito perante juízo diverso do originário.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
322	RE 592891	RE 592891	Creditamento de IPI na entrada de insumos provenientes da Zona Franca de Manaus.	Há	Mérito julgado		
324	RE 602917	RE 602917	Reserva de lei complementar para estabelecimento de valores pré-fixados para o cálculo do IPI.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
325	RE 603624	RE 603624	Subsistência da contribuição destinada ao SEBRAE, após o advento da Emenda Constitucional nº 33/2001.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
327	RE 1067086	RE 607420	Inscrição de Município no SIAFI/CADIN sem o prévio julgamento de Tomada de Contas Especial.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
328	RE 611510	RE 611510	Incidência do IOF sobre aplicações financeiras de curto prazo de partidos políticos, entidades sindicais, instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos beneficiários de imunidade tributária.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
336	RE 630790	RE 630790	Imunidade tributária em relação ao imposto de importação para entidades que executam atividades fundadas em preceitos religiosos.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
337	RE 607642	RE 607642	Majoração da alíquota de contribuição para o PIS mediante medida provisória.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
345	RE 597064	RE 597064	Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde – SUS das despesas com atendimento a beneficiários de planos privados de saúde.	Há	Acórdão de mérito publicado		
346	RE 601967	RE 601967	Reserva de norma constitucional para dispor sobre direito à compensação de créditos do ICMS.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
352	RE 632250	RE 632250	Aplicação de norma que dispõe sobre direitos antidumping relativamente a contrato de importação celebrado anteriormente à sua vigência.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
358	RE 601146	RE 601146	Competência dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal para decidir sobre questão previdenciária, no bojo de processo autônomo de perda de posto e patente de militar.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
359	RE 602584	RE 602584	Incidência do teto constitucional remuneratório sobre o montante decorrente da acumulação de proventos e pensão.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
361	RE 631537	RE 631537	Transmutação da natureza de precatório alimentar em normal em virtude de cessão do direito nele estampado.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
362	RE 608880	RE 608880	Responsabilidade civil do Estado por ato praticado por preso foragido.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
364	RE 607886	RE 607886	Titularidade do produto de arrecadação do imposto de renda incidente sobre complementação de aposentadoria paga por autarquia estadual.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
366	RE 136861	RE 136861	Responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes de omissão do dever de fiscalizar comércio de fogos de artifício em residência.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
369	RE 614232	RE 614232	Vinculado ao tema nº 368	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
370	RE 601182	RE 601182	Suspensão dos direitos políticos de condenado a pena privativa de liberdade substituída por pena restritiva de direito.	Há	Mérito julgado		
372	RE 609096	RE 609096	Exigibilidade do PIS e da COFINS sobre as receitas financeiras das instituições financeiras.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
373	RE 608898	RE 608898	Expulsão de estrangeiro cuja prole brasileira foi concebida posteriormente ao fato motivador do ato expulsório.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
379	RE 605552	RE 605552	Imposto a incidir em operações mistas realizadas por farmácias de manipulação.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
380	RE 600658	RE 600658	Aplicação do art. 17 do ADCT a vantagens protegidas pela garantia da coisa julgada	Há (com reafirmação de jurisprudência)	Acórdão de mérito publicado	O art. 17 do ADCT alcança as situações jurídicas cobertas pela coisa julgada.	



TJDFT

Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Secretaria Judiciária - SEJU
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
381	RE 630852	RE 630852	Aplicação do Estatuto do Idoso a contrato de plano de saúde firmado anteriormente a sua vigência.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
382	RE 603917	RE 603917	Sujeição da Lei Complementar 122/2006 a prazo nonagesimal.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
383	RE 635546	RE 635546	Equiparação de direitos trabalhistas entre terceirizados e empregados de empresa pública tomadora de serviços.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
386	RE 611874	RE 611874	Realização de etapas de concurso público em datas e locais diferentes dos previstos em edital por motivos de crença religiosa do candidato.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
390	RE 636562	RE 636562	Reserva de lei complementar para tratar da prescrição intercorrente no processo de execução fiscal.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
391	RE 635443	RE 635443	Incidência do PIS e da COFINS nas importações realizadas por conta e ordem de terceiros no contexto do Sistema Fundap.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
393	RE 628624	RE 628624	Competência para processar e julgar suposto crime de publicação, na internet, de imagens com conteúdo pornográfico envolvendo criança ou adolescente.	Há	Acórdão de mérito publicado	Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes consistentes em disponibilizar ou adquirir material pornográfico envolvendo criança ou adolescente (arts. 241, 241-A e 241-B da Lei 8.069/1990) quando praticados por meio da rede mundial de computadores.	
394	RE 553710	RE 553710	Pagamento imediato de reparação econômica a anistiados políticos.	Há	Acórdão de mérito publicado	1) - Reconhecido o direito à anistia política, a falta de cumprimento de requisição ou determinação de providências por parte da União, por intermédio do órgão competente, no prazo previsto nos arts. 12, § 4º, e 18, caput e parágrafo único, da Lei nº 10.599/02, caracteriza ilegalidade e violação de direito líquido e certo; 2) - Havendo rubricas no orçamento destinadas ao pagamento das indenizações devidas aos anistiados políticos e não demonstrada a ausência de disponibilidade de caixa, a União há de promover o pagamento do valor ao anistiado no prazo de 60 dias; 3) - Na ausência ou na insuficiência de disponibilidade orçamentária no exercício em curso, cumpre à União promover sua previsão no projeto de lei orçamentária imediatamente seguinte.	
395	RE 638115	RE 638115	Incorporação de quintos decorrentes do exercício de funções comissionadas e/ou gratificadas.	Há	Acórdão de mérito publicado	Ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal.	
400	AI 837409	AI 837409	Legitimidade ativa para cobrar IPTU referente à área de município em que se controverte acerca da observância do artigo 18, § 4º, da Constituição Federal no processo de desmembramento.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
415	RE 1053574	RE 1053574	Reserva de Lei Complementar para repasse do PIS e da COFINS ao consumidor.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
416	RE 635347	RE 635347	Forma de pagamento de débito originado de erro no cálculo das verbas a serem repassadas pela União a título de complementação do FUNDEF.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
438	RE 600851	RE 600851	Limite temporal para a suspensão do processo e do prazo prescricional previstos no art. 366 do CPP.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
441	RE 660968	RE 660968	Exigência da regra constitucional da reserva de plenário para afastar a aplicação de norma anterior à Constituição Federal de 1988.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
445	RE 636553	RE 636553	Incidência do prazo decadencial previsto no art. 54 da Lei 9.784/1999 para a Administração anular ato de concessão de aposentadoria.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
449	RE 754276	RE 754276	Convocação, para o serviço militar, de estudante de medicina dispensado por excesso de contingente.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
452	RE 639138	RE 639138	Cláusula de plano de previdência complementar que estabelece valor inferior de complementação de benefício para mulheres em virtude de seu tempo de contribuição.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
455	RE 611585	RE 611585	Exigência de pagamento de caução para o exercício da profissão de leiloeiro.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
456	RE 598677	RE 598677	Cobrança antecipada de ICMS no ingresso de mercadorias adquiridas em outro ente da federação.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
457	RE 659424	RE 659424	Requisitos legais diferenciados para a concessão de pensão por morte em relação a cônjuges homens e mulheres de ex-servidores públicos.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
465	RE 642890	RE 642890	Alteração da fórmula do cálculo do auxílio-invalidez para os servidores militares.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
470	RE 599309		Contribuição adicional de 2,5% sobre a folha de salários de instituições financeiras estabelecida antes da EC 20/98.	Há	Mérito julgado	É constitucional a contribuição adicional de 2,5% (dois e meio por cento) sobre a folha de salários instituída para as instituições financeiras e assemelhadas pelo art. 3º, § 2º, da Lei 7.787/1989, mesmo considerado o período anterior à Emenda Constitucional 20/1998.	
474	RE 614873	RE 614873	Reserva de vagas em vestibular de universidade estadual para egressos de escolas de ensino médio da respectiva unidade federativa.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
475	RE 754917	RE 754917	Extensão da imunidade relativa ao ICMS para a comercialização de embalagens fabricadas para produtos destinados à exportação.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
477	RE 1116485	RE 638.239/RS	Revisão de Súmula Vinculante em virtude da superveniência de lei de conteúdo divergente.	Há	Acórdão de Repercussão Geral Publicado		
481	RE 652229	RE 652229	Direito de brasileiro contratado no exterior como "auxiliar local", antes da Constituição Federal de 1988, ao regime jurídico estabelecido pela Lei 8.112/90.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
482	RE 611505	RE 611505	Incidência de contribuição previdenciária sobre os valores pagos pelo empregador ao empregado nos primeiros quinze dias de auxílio-doença.	Não há (questão infraconstitucional)	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
486	RE 607107	RE 607107	Suspensão de habilitação para dirigir de motorista profissional condenado por homicídio culposo na direção de veículo automotor.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
487	RE 640452	RE 640452	Caráter confiscatório da "multa isolada" por descumprimento de obrigação acessória decorrente de dever instrumental.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
488	RE 646104	RE 646104	Representatividade sindical de micro e pequenas indústrias artesanais.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
490	RE 628075	RE 628075	Creditamento de ICMS incidente em operação oriunda de outro ente federado que concede, unilateralmente, benefício fiscal.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		Sim (art. 1.035, § 5º, NCP)
491	ARE 649379	ARE 649379	Competência legislativa estadual para estabelecer regras de postagem de boletos referentes a pagamento de serviços prestados por empresas públicas e privadas.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
492	RE 695911	RE 695911	Cobrança, por parte de associação, de taxas de manutenção e conservação de loteamento imobiliário urbano de proprietário não-associado.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
493	RE 523086	RE 523086	Promoção de professor à classe superior a que pertence.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
495	RE 630898	RE 630898	Referibilidade e natureza jurídica da contribuição para o INCRA, em face da Emenda Constitucional nº 33/2001.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		



TJDFT

Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Secretaria Judiciária - SEJU
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
496	RE 590908	RE 590908	Direito do Ministério Público de recorrer, apesar do acolhimento de pleito de impronúncia formulado por Promotor de Justiça posteriormente substituído.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
500	RE 657718	RE 657718	Dever do Estado de fornecer medicamento não registrado pela ANVISA.	Há	Mérito julgado	1. O Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais. 2. A ausência de registro na ANVISA impede, como regra geral, o fornecimento de medicamento por decisão judicial. 3. É possível, excepcionalmente, a concessão judicial de medicamento sem registro sanitário, em caso de mora irrazoável da ANVISA em apreciar o pedido (prazo superior ao previsto na Lei nº 13.411/2016), quando preenchidos três requisitos: (i) a existência de pedido de registro do medicamento no Brasil (salvo no caso de medicamentos órfãos para doenças raras e ultrarraras);(ii) a existência de registro do medicamento em renomadas agências de regulação no exterior; e (iii) a inexistência de substituto terapêutico com registro no Brasil. 4. As ações que demandem fornecimento de medicamentos sem registro na ANVISA deverão necessariamente ser propostas em face da União.	
501	RE 606314	RE 606314	Alíquota do IPI sobre o processo de industrialização de embalagens para acondicionamento de água mineral.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
502	RE 627280	RE 627280	Incidência de IPI sobre bacalhau seco e salgado	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
503	RE 661256	RE 661256	Conversão de aposentadoria proporcional em aposentadoria integral por meio do instituto da desaposentação.	Há	Acórdão de mérito publicado	No âmbito do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, somente lei pode criar benefícios e vantagens previdenciárias, não havendo, por ora, previsão legal do direito à 'desaposentação', sendo constitucional a regra do art. 18, § 2º, da Lei nº 8.213/91.	
504	RE 593544	RE 593544	Crédito presumido do IPI na base de cálculo do PIS e da COFINS.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
505	RE 595326	RE 595326	Aplicação imediata EC nº 20/98 quanto à competência da Justiça do Trabalho para execução de contribuições previdenciárias decorrentes de sentenças anteriores à sua promulgação.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
506	RE 635659	RE 635659	Tipicidade do porte de droga para consumo pessoal.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
507	RE 660970	RE 660970	Imposto a incidir sobre operações de secretariado por rádio-chamada.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
508	RE 600867	RE 600867	Imunidade tributária recíproca para sociedade de economia mista com participação acionária negociada em bolsa de valores.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
509	RE 655265	RE 655265	Momento de comprovação do triênio de atividade jurídica para ingresso no cargo de juiz substituto.	Há (com reafirmação de jurisprudência)	Acórdão de mérito publicado	A comprovação do triênio de atividade jurídica exigida para o ingresso no cargo de juiz substituto, nos termos do inciso I do art. 93 da Constituição Federal, deve ocorrer no momento da inscrição definitiva no concurso público.	
510	RE 663696	RE 663696	Teto remuneratório de procuradores municipais.	Há	Mérito julgado		
512	RE 662405	RE 662405	Responsabilidade civil do Estado por danos materiais causados a candidatos inscritos em concurso público em face do cancelamento da prova do certame por suspeita de fraude.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
513	RE 645181	RE 645181	Cobrança de pedágio intermunicipal sem disponibilização de via alternativa.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
515	RE 656089		Reserva de lei para a majoração da alíquota da COFINS de 3% para 4% pela Lei 10.684/2003.	Há	Mérito julgado	É constitucional a majoração diferenciada de alíquotas em relação às contribuições sociais incidentes sobre o faturamento ou a receita de instituições financeiras ou de entidades a elas legalmente equiparáveis.	
516	RE 597315	RE 597315	Sujeição passiva das cooperativas à contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
517	RE 970821	RE 970821	Aplicação de diferencial de alíquota de ICMS à empresa optante pelo SIMPLES NACIONAL.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		Sim (art. 1.035, § 5º, NCP)
519	RE 659172	RE 659172	Sequestro de verbas públicas para pagamento de precatórios anteriores à Emenda Constitucional nº 62/2009.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
520	ARE 665134	ARE 665134	Sujeito ativo do ICMS a incidir sobre circulação de mercadorias importadas por um estado da federação, industrializadas em outro estado da federação e que retorna ao primeiro para comercialização.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		Sim (art. 1.035, § 5º, NCP)
521	RE 612707	RE 612707	Quebra da ordem cronológica do pagamento de precatórios alimentares para fins de sequestro de recursos públicos.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		Sim (art. 1.035, § 5º, NCP)
523	RE 666156	RE 666156	Seletividade de IPTU antes da Emenda Constitucional nº 29/2000	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
525	RE 839950	RE 839950	Competência legislativa municipal para dispor sobre a obrigatoriedade de prestação de serviços de acondicionamento ou embalagem de compras por supermercados ou similares.	Há	Mérito Julgado	"São inconstitucionais as leis que obrigam os supermercados ou similares à prestação de serviços de acondicionamento ou embalagem das compras, por violação ao princípio da livre iniciativa (arts. 1º, IV, e 170 da Constituição)".	
526	RE 883168	RE 883168	Possibilidade de concubinato de longa duração gerar efeitos previdenciários.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
527	RE 667958	RE 667958	Serviço de entrega de guias ou boletos de cobrança realizado diretamente pelo ente federativo interessado em face do monopólio da União.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
528	RE 658312	RE 658312	Recepção, pela CF/88, do art. 384 da CLT, que dispõe sobre o intervalo de 15 minutos para trabalhadora mulher antes do serviço extraordinário.	Há	Acórdão de mérito publicado		
529	RE 1045273	RE 1045273	Possibilidade de reconhecimento jurídico de união estável e de relação homoafetiva concomitantes, com o consequente rateio de pensão por morte.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
532	RE 633782	RE 633782	Aplicação de multa de trânsito por sociedade de economia mista	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
533	RE 1057258	RE 1057258	Dever de empresa hospedeira de sítio na internet fiscalizar o conteúdo publicado e de retirá-lo do ar quando considerado ofensivo, sem intervenção do Judiciário.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
534	ARE 664575	ARE 664575	Fixação, pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE, do prazo decadencial de 180 dias para a propositura de representações por doação de recursos de campanha eleitoral acima do limite legal.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
536	RE 672215	RE 672215	Incidência de COFINS, PIS e CSLL sobre o produto de ato cooperado ou cooperativo.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
542	RE 842844	RE 842844	Direito de gestante, contratada pela Administração Pública por prazo determinado ou ocupante de cargo em comissão demissível ad nutum, ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
543	RE 657989	RE 657989	Direito adquirido ao recebimento de salário-família em face de alteração promovida pela EC 20/98.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
545	RE 716378	RE 716378	Extensão da estabilidade excepcional do art. 19 do ADCT a empregados de fundação privada.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
546	RE 661702	RE 661702	Competência legislativa para dispor sobre o transporte irregular de passageiros e a aplicação da penalidade de apreensão de veículos.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
547	RE 641005	RE 641005	Pagamento de mensalidades de instituições privadas de ensino superior de forma proporcional à quantidade de disciplinas cursadas. Autonomia universitária. Princípio da defesa do consumidor.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
548	RE 1008166	AI 761908	Dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 5 (cinco) anos de idade.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
550	RE 606003	RE 606003	Competência para processar e julgar controvérsia a envolver relação jurídica entre representante e representada comerciais.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
551	RE 1066677	RE 1066677	Extensão de direitos dos servidores públicos efetivos aos servidores e empregados públicos contratados para atender necessidade temporária e excepcional do setor público.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
553	RE 682934	RE 682934	Transposição de Assistente Jurídico aposentado anteriormente à Lei 9.028/1995 para o cargo de Advogado da União.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
554	RE 677725	RE 677725	Fixação de alíquota da contribuição ao SAT a partir de parâmetros estabelecidos por regulamentação do Conselho Nacional de Previdência Social.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
556	RE 631053	RE 631053	Demissão sem justa causa de professor sem prévia instauração de inquérito administrativo, não obstante a previsão no regimento interno da instituição privada de ensino.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
558	RE 678360	RE 678360	Compensação de precatórios com débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
559	RE 614384	RE 614384	Convalidação, pela EC 57/2008, de desmembramento municipal realizado em desobediência ao § 4º do art. 18 da Constituição Federal e suas consequências sobre execuções fiscais ajuizadas anteriormente à promulgação da citada emenda constitucional.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
561	RE 409356	RE 409356	Legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ação civil pública que visa a anular ato administrativo com fundamento na defesa do patrimônio público.	Há	Mérito Julgado	"O Ministério Público é parte legítima para o ajuizamento de ação coletiva que visa anular ato administrativo de aposentadoria que importe em lesão ao patrimônio público".	
562	RE 685493	RE 685493	Indenização por dano moral decorrente de declarações públicas, supostamente ofensivas à honra, proferidas por Ministro de Estado no âmbito de sua atuação.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
574	RE 680871	RE 680871	Desligamento voluntário do serviço militar, antes do cumprimento de lapso temporal legalmente previsto, de oficial que ingressa na carreira por meio de concurso público.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
576	RE 976566	RE 976566	Processamento e julgamento de prefeitos, por atos de improbidade administrativa, com base na Lei 8.429/92.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
578	RE 662423	RE 662423	Aplicação do lapso temporal da Emenda Constitucional 20/98 a integrante de carreira pública escalonada em classes que pleiteia aposentadoria, com proventos relativos ao cargo ao qual promovido, ante o implemento dos requisitos, no cargo originalmente ocupado, antes do advento da emenda em questão.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
580	RE 702362	RE 702362	Competência para processar e julgar crime de violação de direito autoral (§ 2º do art. 184 do CP).	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		



TJDFT

Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Secretaria Judiciária - SEJU
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
581	RE 651703	RE 651703	Incidência do ISS sobre atividades desenvolvidas por operadoras de planos de saúde.	Há	Acórdão de mérito publicado	As operadoras de planos privados de assistência à saúde (plano de saúde e seguro-saúde) realizam prestação de serviço sujeita ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, previsto no art. 156, III, da CRFB/88.	
590	RE 688223	RE 688223	Incidência de ISS sobre contratos de licenciamento ou de cessão de programas de computador (software) desenvolvidos para clientes de forma personalizada.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
595	RE 706103	RE 706103	Promulgação, pelo Chefe do Poder Executivo, de parte de projeto de lei que não foi vetada, antes da manifestação do Poder Legislativo pela manutenção ou pela rejeição do veto.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
598	RE 840435	RE 840435	Sequestro de verbas públicas para pagamento de crédito a portador de moléstia grave sem observância à regra dos precatórios.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
599	RE 687813	RE 687813	Acumulação da aposentadoria por invalidez com o benefício suplementar, previsto no art. 9º da Lei 6.367/76, incorporado pela normatização do atual auxílio-acidente, a teor do que dispunha o art. 86 da Lei 8.213/91, na sua redação primitiva.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
600	RE 710293	RE 710293	Equiparação do auxílio-alimentação de servidores públicos pertencentes a carreiras distintas, com fundamento no princípio da isonomia.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
606	RE 655283	RE 655283	a) reintegração de empregados públicos dispensados em face da concessão de aposentadoria espontânea e consequente possibilidade de acumulação de proventos com vencimentos; b) competência para processar e julgar a ação em que se discute a reintegração de empregados públicos dispensados em face da concessão de aposentadoria espontânea e consequente possibilidade de acumulação de proventos com vencimentos	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
616	RE 639856	RE 639856	Incidência do fator previdenciário (Lei 9.876/99) ou das regras de transição trazidas pela EC 20/98 nos benefícios previdenciários concedidos a segurados filiados ao Regime Geral até 16/12/1998.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
619	RE 662976	RE 662976	Aproveitamento, nas operações de exportação, de créditos de ICMS decorrentes de aquisições de bens destinados ao ativo fixo da empresa.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
622	RE 898060	RE 898060	Prevalência da paternidade socioafetiva em detrimento da paternidade biológica.	Há	Acórdão de mérito publicado	A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios.	
624	RE 843112	RE 843112	Papel do Poder Judiciário na concretização do direito à revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, diante do reconhecimento da mora do Poder Executivo.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
627	RE 658999	RE 658999	Acumulação de pensão decorrente de cargo de médico militar com outra pensão oriunda de cargo de médico civil.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
630	RE 599658	RE 599658	Inclusão da receita decorrente da locação de bens imóveis na base de cálculo da Contribuição ao PIS, tanto para as empresas que tenham por atividade econômica preponderante esse tipo de operação, como para as empresas em que a locação é eventual e subsidiária ao objeto social principal. Possibilidade de extensão do entendimento a ser firmado também para a Cofins.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		



TJDFT

Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Secretaria Judiciária - SEJU
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
632	RE 699535	RE 699535	Segurança jurídica e decadência para o Instituto Nacional do Seguro Social proceder à revisão do critério de reajuste de aposentadoria e pensão por morte, em virtude de alegado erro da Administração.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
633	RE 704815	RE 704815	Direito ao creditamento, após a Emenda Constitucional 42/2003, do ICMS decorrente da aquisição de bens de uso e de consumo empregados na elaboração de produtos destinados à exportação, independentemente de regulamentação infraconstitucional.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
635	ARE 721001	ARE 721001	Direito de servidores públicos ativos à conversão de férias não gozadas em indenização pecuniária.	Há (com reafirmação de jurisprudência)	Acórdão de mérito publicado		
638	RE 999435	RE 999435	Necessidade de negociação coletiva para a dispensa em massa de trabalhadores.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
642	RE 1003433	RE 1003433	Definição do legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
649	RE 606881	RE 626531	Competência da Justiça Federal para processar e julgar crime de violação de sigilo de informações contidas em bancos de dados de órgãos federais, ainda que os fatos atinjam apenas a esfera jurídica de particulares.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
651	RE 700922	RE 700922	Constitucionalidade das contribuições à seguridade social, a cargo do empregador produtor rural, pessoa jurídica, incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção, instituídas pelo artigo 25, I e II, e § 1º, da Lei 8.870/1994.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
656	RE 608588	RE 608588	Limites da atuação legislativa local para disciplinar as atribuições das guardas municipais destinadas à proteção de bens, serviços e instalações do município.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
661	RE 625263	RE 625263	Possibilidade de prorrogações sucessivas do prazo de autorização judicial para interceptação telefônica.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
665	RE 578846		Constitucionalidade das modificações efetuadas na base de cálculo e na alíquota da contribuição ao PIS, destinada à composição do Fundo Social de Emergência e devida pelos contribuintes a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei 8.212/1991, no período de vigência do art. 72, V, do ADCT.	Há	Acórdão de mérito publicado	São constitucionais a alíquota e a base de cálculo da contribuição ao PIS, previstas no art. 72, V, do ADCT, destinada à composição do Fundo Social de Emergência, nas redações da ECR 1/94 e das EC 10/96 e 17/97, observados os princípios da anterioridade nonagesimal e da irretroatividade tributária.	
667	RE 642895	RE 642895	Legitimidade da reestruturação de quadro funcional por meio de aglutinação, em uma única carreira, de cargos anteriormente providos em carreiras diferenciadas, sem a observância do concurso público.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
668	RE 669196	RE 669196	Declaração de inconstitucionalidade de norma prevista em resolução do Comitê Gestor do Programa de Recuperação Fiscal — que regulamentou a forma de notificação de contribuinte sobre sua exclusão do Refis — após julgamento do Supremo Tribunal Federal que concluiu pela natureza infraconstitucional da controversia.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
670	RE 719870	RE 719870	Nulidade de acórdão, proferido em controle abstrato de constitucionalidade estadual, por falta de fundamentação quanto à compatibilidade dos cargos em comissão, criados por lei municipal, com as atribuições de direção, chefia e assessoramento.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
672	RE 638307	RE 638307	Recebimento, por ex-vereadores, de pensão vitalícia estabelecida por lei municipal anterior à Constituição de 1988.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
674	RE 759244	RE 759244	Aplicabilidade da imunidade referente às contribuições sociais sobre as receitas decorrentes de exportação intermediada por empresas comerciais exportadoras ("trading companies").	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
679	RE 607447	RE 607447	Validade da exigência do depósito recursal como pressuposto de admissibilidade do recurso extraordinário na Justiça do Trabalho.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
683	RE 766304	RE 766304	Reconhecimento de direito à nomeação de candidato preterido, quando ajuizada a ação após o prazo de validade do concurso.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
684	RE 659412	RE 659412	Incidência do PIS e da COFINS sobre a receita advinda da locação de bens móveis.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
685	RE 727851	RE 727851	Extensão da imunidade tributária recíproca ao IPVA de veículos adquiridos por município no regime da alienação fiduciária.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
689	RE 748543	RE 748543	Possibilidade de o estado de origem cobrar ICMS sobre a operação interestadual de fornecimento de energia elétrica a consumidor final, para emprego em processo de industrialização.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
690	RE 597396	RE 597396	Direito de magistrados aposentados continuarem percebendo o adicional de 20% previsto no art. 184, II, da Lei 1.711/1952 após a adoção do subsídio como forma remuneratória.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
694	RE 781926	RE 781926	Possibilidade de creditamento de ICMS em operação de aquisição de matéria-prima gravada pela técnica do diferimento.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
696	RE 666404	RE 666404	Validade da destinação de recursos advindos da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública também ao melhoramento e à expansão da rede.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
697	RE 740008	RE 740008	Constitucionalidade de lei que, ao aumentar a exigência de escolaridade em cargo público, para o exercício das mesmas funções, determina a gradual transformação de cargos de nível médio em cargos de nível superior e assegura isonomia remuneratória aos ocupantes dos cargos em extinção, sem a realização de concurso público.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
698	RE 684612	RE 684612	Limites do Poder Judiciário para determinar obrigações de fazer ao Estado, consistentes na realização de concursos públicos, contratação de servidores e execução de obras que atendam o direito social da saúde, ao qual a Constituição da República garante especial proteção.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
699	RE 612686	RE 612686	Incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre as receitas decorrentes das aplicações financeiras dos fundos fechados de previdência complementar e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre os resultados apurados pelos referidos fundos.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		



TJDFT

Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Secretaria Judiciária - SEJU
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
700	RE 634764	RE 634764	Constitucionalidade da incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) sobre a atividade de exploração de jogos e apostas — tais como a venda de bilhetes, de pules ou de cupons de apostas — e a validade da base de cálculo utilizada.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
703	RE 603116	RE 603116	Reserva de lei para instituir sanções de detenção e prisão disciplinares aplicáveis aos militares.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
704	RE 627432	RE 627432	Constitucionalidade da denominada “cota de tela”, consistente na obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais nos cinemas brasileiros, e das sanções administrativas decorrentes da inobservância da cota.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
705	RE 1003758	RE 1003758	Possibilidade de compensação do ICMS incidente sobre a prestação de serviço de comunicação em relação à qual houve inadimplência absoluta do usuário.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
707	RE 698531	RE 698531	Validade da restrição do direito a créditos da contribuição ao PIS apenas quanto aos bens, serviços, custos e despesas relacionados a negócios jurídicos contratados com pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
708	RE 1016605	RE 1016605	Possibilidade de recolhimento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) em estado diverso daquele em que o contribuinte mantém sua sede ou domicílio tributário.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
709	RE 791961	RE 791961	Possibilidade de percepção do benefício da aposentadoria especial na hipótese em que o segurado permanece no exercício de atividades laborais nocivas à saúde.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
723	RE 761263	RE 761263	Validade da contribuição a ser recolhida pelo produtor rural pessoa física que desempenha suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, sobre a receita bruta proveniente da comercialização de sua produção.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
725	RE 958252	RE 958252	Terceirização de serviços para a consecução da atividade-fim da empresa.	Há	Mérito julgado	É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante.	
732	RE 647885	RE 647885	Constitucionalidade de dispositivo legal que prevê sanção disciplinar de suspensão do exercício profissional em razão do inadimplemento de anuidades devidas à entidade de classe.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
736	RE 796939	RE 796939	Constitucionalidade da multa prevista no art. 74, §§ 15 e 17, da Lei 9.430/1996 para os casos de indeferimento dos pedidos de ressarcimento e de não homologação das declarações de compensação de créditos perante a Receita Federal.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		Sim (art. 1.035, § 5º, NCP)
743	RE 770149	RE 770149	Possibilidade de município cuja Câmara Municipal está em débito com a Fazenda Nacional obter certidão positiva de débito com efeito de negativa — CPDEN.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
744	RE 633345	RE 633345	Constitucionalidade do art. 8º, § 9º, I e II, da Lei 10.865/2004, que estabeleceu alíquotas da Contribuição ao PIS-Importação e da COFINS-Importação mais elevadas para as importadoras de autopeças que não sejam fabricantes de máquinas e veículos.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
745	RE 714139	RE 714139	Alcance do art. 155, § 2º, III, da Constituição federal, que prevê a aplicação do princípio da seletividade ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços — ICMS.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		



TJDFT

Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Secretaria Judiciária - SEJU
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
756	RE 841979	RE 841979	Alcance do art. 195, § 12, da Constituição federal, que prevê a aplicação do princípio da não-cumulatividade à Contribuição ao PIS e à COFINS.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
757	RE 808424	RE 808424	Possibilidade de cancelamento automático da inscrição em conselho profissional em decorrência de inadimplência da anuidade, sem prévio processo administrativo.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
758	RE 776823	RE 776823	Necessidade de condenação com trânsito em julgado para se considerar como falta grave, no âmbito administrativo carcerário, a prática de fato definido como crime doloso.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
761	RE 670422	RE 670422	Possibilidade de alteração de gênero no assento de registro civil de transexual, mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo.	Há	Mérito julgado		
774	RE 827538	RE 827538	Competência legislativa, se privativa da União ou concorrente, para adoção de política pública dirigida a compelir concessionária de energia elétrica a promover investimentos, com recursos de parcela da receita operacional auferida, voltados à proteção e à preservação ambiental de mananciais hídricos em que ocorrer a exploração.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
775	RE 598650	RE 598650	Competência da Justiça Federal para processar e julgar ação rescisória proposta pela União, na qualidade de terceira interessada, visando rescindir decisão proferida por juiz estadual.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
777	RE 842846	RE 842846	Responsabilidade civil do Estado em decorrência de danos causados a terceiros por tabeliães e oficiais de registro no exercício de suas funções.	Há	Mérito julgado		
778	RE 845779	RE 845779	Possibilidade de uma pessoa, considerados os direitos da personalidade e a dignidade da pessoa humana, ser tratada socialmente como se pertencesse a sexo diverso do qual se identifica e se apresenta publicamente.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
779	RE 808202	RE 808202	Aplicabilidade do teto constitucional à remuneração de substitutos (interinos) designados para o exercício de função notarial e registral em serventias extrajudiciais.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
786	RE 1010606	RE 1010606	Aplicabilidade do direito ao esquecimento na esfera civil quando for invocado pela própria vítima ou pelos seus familiares.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
788	ARE 848107	ARE 848107	Termo inicial para a contagem da prescrição da pretensão executória do Estado: a partir do trânsito em julgado para a acusação ou a partir do trânsito em julgado para todas as partes.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
792	RE 729107	RE 729107	Possibilidade de aplicação da Lei distrital 3.624/2005, que reduziu para 10 salários mínimos o teto para expedição de requisição de pequeno valor, às execuções em curso.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
793	RE 855178	RE 855178	Responsabilidade solidária dos entes federados pelo dever de prestar assistência à saúde.	Há (com reafirmação de jurisprudência)	Acórdão de mérito publicado	Os entes da federação, em decorrência da competência comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde, e diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro	



TJDFT

Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Secretaria Judiciária - SEJU
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
796	RE 796376	RE 796376	Alcance da imunidade tributária do ITBI, prevista no art. 156, § 2º, I, da Constituição, sobre imóveis incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica, quando o valor total desses bens excederem o limite do capital social a ser integralizado.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
801	RE 816830	RE 816830	Constitucionalidade da incidência da contribuição destinada ao SENAR sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, nos termos do art. 2º da Lei 8.540/1992, com as alterações posteriores do art. 6º da Lei 9.528/1997 e do art. 3º da Lei 10.256/2001.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
808	RE 855091	RE 855091	Incidência de imposto de renda sobre juros de mora recebidos por pessoa física.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
810	RE 870947	RE 870947	Validade da correção monetária e dos juros moratórios incidentes sobre as condenações impostas à Fazenda Pública, conforme previstos no art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com a redação dada pela Lei 11.960/2009.	Há	Acórdão de mérito publicado	1) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; e 2) O art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina.	
816	RE 882461	RE 882461	a) Incidência do ISSQN em operação de industrialização por encomenda, realizada em materiais fornecidos pelo contratante, quando referida operação configura etapa intermediária do ciclo produtivo de mercadoria. b) Limites para a fixação da multa fiscal moratória, tendo em vista a vedação constitucional ao efeito confiscatório.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
817	RE 851421	RE 851421	Possibilidade de os Estados e o Distrito Federal, mediante consenso alcançado no CONFAZ, perdoar dívidas tributárias surgidas em decorrência do gozo de benefícios fiscais, implementados no âmbito da chamada guerra fiscal do ICMS, reconhecidos como inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
818	RE 858075	RE 858075	Controle judicial relativo ao descumprimento da obrigação dos entes federados na aplicação dos recursos orçamentários mínimos na área da saúde, antes da edição da lei complementar referida no art. 198, § 3º, da Constituição.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
820	RE 860508	RE 860508	a) Competência para processar e julgar conflitos entre juízo especial federal e juízo estadual no exercício da competência federal delegada; b) Pressuposto fático para a incidência do art. 109, § 3º, da Lei Maior: a inexistência de juízo federal no município ou a inexistência de juízo federal na comarca onde reside o segurado ou beneficiário do INSS.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		



TJDFT

Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Secretaria Judiciária - SEJU
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
822	RE 888815	RE 888815	Possibilidade de o ensino domiciliar (homeschooling), ministrado pela família, ser considerado meio lícito de cumprimento do dever de educação, previsto no art. 205 da Constituição Federal.	Há	Mérito julgado		Sim (art. 1.035, § 5º, NCP)
825	RE 851108	RE 851108	Possibilidade de os Estados-membros fazerem uso de sua competência legislativa plena, com fulcro no art. 24, § 3º, da Constituição e no art. 34, § 3º, do ADCT, ante a omissão do legislador nacional em estabelecer as normas gerais pertinentes à competência para instituir o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação de quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD, nas hipóteses previstas no art. 155, § 1º, III, a e b, da Lei Maior.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
826	ARE 884325	ARE 884325	Verificação da ocorrência de dano e consequente responsabilidade da União pela eventual fixação de preços dos produtos do setor sucroalcooleiro em valores inferiores ao custo de produção.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
827	RE 912888	RE 912888	Incidência de ICMS sobre o valor pago a título de assinatura básica mensal pelo serviço de telefonia.	Há	Acórdão de mérito publicado	O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incide sobre a tarifa de assinatura básica mensal cobrada pelas prestadoras de serviços de telefonia, independentemente da franquia de minutos concedida ou não ao usuário.	
829	RE 838284	RE 838284	Validade da exigência da taxa para expedição da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), baseada na Lei 6.994/1982, que estabeleceu limites máximos para a ART.	Há	Acórdão de mérito publicado	Não viola a legalidade tributária a lei que, prescrevendo o teto, possibilita o ato normativo infralegal fixar o valor de taxa em proporção razoável com os custos da atuação estatal, valor esse que não pode ser atualizado por ato do próprio conselho de fiscalização em percentual superior aos índices de correção monetária legalmente previstos.	
833	RE 852796	RE 852796	Constitucionalidade da expressão “de forma não cumulativa” constante no caput do art. 20 da Lei 8.212/1991, o qual prevê a sistemática de cálculo da contribuição previdenciária devida pelo segurado empregado e pelo trabalhador avulso.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
835	RE 848826	RE 848826	Definição do órgão competente, se o Poder Legislativo ou o Tribunal de Contas, para julgar as contas de Chefe do Poder Executivo que age na qualidade de ordenador de despesas.	Há	Acórdão de mérito publicado	Para os fins do art. 1º, inciso I, alínea “g”, da Lei Complementar 64, de 18 de maio de 1990, alterado pela Lei Complementar 135, de 4 de junho de 2010, a apreciação das contas de prefeitos, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas Câmaras Municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3 dos vereadores.	
837	RE 662055	RE 662055	Definição dos limites da liberdade de expressão em contraposição a outros direitos de igual hierarquia jurídica - como os da inviolabilidade da honra e da imagem - e estabelecimento de parâmetros para identificar hipóteses em que a publicação deve ser proibida e/ou o declarante condenado ao pagamento de danos morais, ou ainda a outras consequências jurídicas.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
839	RE 817338	RE 817338	a) Possibilidade de um ato administrativo, caso evidenciada a violação direta ao texto constitucional, ser anulado pela Administração Pública quando decorrido o prazo decadencial previsto na Lei nº 9.784/1999. b) Saber se portaria que disciplina tempo máximo de serviço de militar atende aos requisitos do art. 8º do ADCT.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
840	RE 683621	RE 683621	Definição do alcance do art. 53, V, do ADCT, notadamente da expressão “serviço efetivo, em qualquer regime jurídico”, considerada a garantia do direito adquirido.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		



TJDFT

Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Secretaria Judiciária - SEJU
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
841	RE 1002295	RE 1002295	Constitucionalidade do art. 114, § 2º, da Constituição Federal, alterado pela EC 45/2004, que prevê a necessidade de comum acordo entre as partes como requisito para o ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
842	RE 855649	RE 855649	Incidência de Imposto de Renda sobre os depósitos bancários considerados como omissão de receita ou de rendimento, em face da previsão contida no art. 42 da Lei 9.430/1996.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
843	RE 835818	RE 835818	Possibilidade de exclusão da base de cálculo do PIS e da COFINS dos valores correspondentes a créditos presumidos de ICMS decorrentes de incentivos fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
844	RE 398365	RE 398365	Possibilidade de creditamento de IPI pela aquisição de insumos isentos, não tributados ou sujeitos à alíquota zero.	Há (com reafirmação de jurisprudência)	Acórdão de mérito publicado	O princípio da não cumulatividade não assegura direito de crédito presumido de IPI para o contribuinte adquirente de insumos não tributados, isentos ou sujeitos à alíquota zero.	
846	RE 878313	RE 878313	Constitucionalidade da manutenção de contribuição social após atingida a finalidade que motivou a sua instituição.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
847	RE 887671	RE 887671	Definição dos limites à atuação do Poder Judiciário quanto ao preenchimento de cargo de defensor público em localidades desamparadas.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
849	RE 738481	RE 738481	Competência municipal para legislar acerca da obrigatoriedade de instalação de hidrômetros individuais nos edifícios e condomínios.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
850	RE 643978	RE 643978	Legitimidade do Ministério Público para a propositura de ação civil pública em defesa de direitos relacionados ao FGTS, tendo em vista a vedação contida no art. 1º, parágrafo único, da Lei 7.347/1985.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
854	RE 1001104	RE 1001104	Possibilidade de implementação da prestação de serviço público de transporte coletivo, considerado o art. 175 da Constituição Federal, mediante simples credenciamento, sem licitação.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
855	RE 806339	RE 806339	Definição do alcance do art. 5º, XVI, da Constituição Federal, notadamente da exigência de aviso prévio à autoridade competente como pressuposto para o legítimo exercício da liberdade de reunião.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
857	ARE 901623	ARE 901623	Tipicidade da conduta de portar arma branca, considerada a ausência da regulamentação exigida no tipo do art. 19 da Lei das Contravenções Penais.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
858	RE 1010819	RE 1010819	Aptidão, ou não, da ação civil pública para afastar a coisa julgada, em particular quando já transcorrido o biênio para o ajuizamento da rescisória.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
859	RE 678162	RE 678162	Competência para processar e julgar ações de insolvência civil nas quais haja interesse da União, entidade autárquica ou empresa pública federal.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
863	RE 736090	RE 736090	Limites da multa fiscal qualificada em razão de sonegação, fraude ou conluio, tendo em vista a vedação constitucional ao efeito confiscatório.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		



TJDFT

Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Secretaria Judiciária - SEJU
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
864	RE 905357	RE 905357	Existência, ou não, de direito subjetivo a revisão geral da remuneração dos servidores públicos por índice previsto apenas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, sem correspondente dotação orçamentária na Lei Orçamentária do respectivo ano.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		Sim (art. 1.035, § 5º, NCPC)
865	RE 922144	RE 922144	Compatibilidade da garantia da justa e prévia indenização em dinheiro (CF/88, art. 5º, XXIV) com o regime de precatórios (CF/88, art. 100).	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		(art. 1.035, § 5º, NCPC)
872	RE 606010	RE 606010	Constitucionalidade da exigência de multa por ausência ou atraso na entrega de Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF, prevista no art. 7º, II, da Lei 10.426/2002, apurada mediante percentual a incidir, mês a mês, sobre os valores dos tributos a serem informados.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
874	RE 917285	RE 917285	Constitucionalidade do parágrafo único do art. 73 da Lei 9.430/1996, com a redação dada pela Lei 12.844/2013, que prevê a possibilidade de o Fisco, aproveitando o ensejo da restituição ou do ressarcimento de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, proceder à compensação, de ofício, com débitos não parcelados ou parcelados sem garantia.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
877	RE 938837	RE 938837	Submissão dos conselhos de fiscalização profissional à execução pelo regime de precatórios.	Há	Acórdão de mérito publicado	Os pagamentos devidos, em razão de pronunciamento judicial, pelos Conselhos de Fiscalização não se submetem ao regime de precatórios.	
881	RE 949297	RE 949297	Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		Sim (art. 1.035, § 5º, NCPC)
884	RE 928902	RE 928902	Imunidade tributária recíproca em relação ao IPTU incidente sobre bens imóveis mantidos sob a propriedade fiduciária da Caixa Econômica Federal, mas que não se comunicam com o patrimônio desta, porque integrados ao Programa de Arrendamento Residencial – PAR, criado e mantido pela União, nos termos da Lei 10.188/2001.	Há	Mérito julgado	Os bens e direitos que integram o patrimônio do fundo vinculado ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR, criado pela Lei 10.188/2001, beneficiam-se da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.	Sim (art. 1.035, § 5º, NCPC)
885	RE 955227	RE 955227	Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		Sim (art. 1.035, § 5º, NCPC)
897	RE 852475	RE 852475	Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos por ato de improbidade administrativa.	Há	Acórdão de mérito publicado	São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.	Sim (art. 1.035, § 5º, NCPC)
899	RE 636886	RE 636886	Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		Sim (art. 1.035, § 5º, NCPC)
900	RE 964659	RE 964659	Possibilidade de recebimento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo por servidor público que trabalha em regime de carga horária reduzida.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
901	RE 956304	RE 956304	Momento no qual deve cessar o pagamento do benefício de abono de permanência: se do protocolo do pedido de aposentadoria ou do aperfeiçoamento do ato de jubilação.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
903	RE 847429	RE 847429	a) Possibilidade de delegação, mediante contrato de concessão, do serviço de coleta e remoção de resíduos domiciliares; b) Natureza jurídica da remuneração do serviço de coleta e remoção de resíduos domiciliares prestado por concessionária, no que diz respeito à essencialidade e à compulsoriedade.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
905	RE 973837	RE 973837	Constitucionalidade da inclusão e manutenção de perfil genético de condenados por crimes violentos ou por crimes hediondos em banco de dados estatal.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
906	RE 946648	RE 946648	Violação ao princípio da isonomia (art. 150, II, da Constituição Federal) ante a incidência de IPI no momento do desembaraço aduaneiro de produto industrializado, assim como na sua saída do estabelecimento importador para comercialização no mercado interno.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
907	RE 971959	RE 971959	Constitucionalidade do art. 305 do Código de Trânsito Brasileiro.	Há	Mérito julgado	"A regra que prevê crime do art. 305 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97) é constitucional, posto não infringir o princípio da não incriminação, garantido o direito ao silêncio e ressalvadas as hipóteses de exclusão da tipicidade e da antijuridicidade"	
912	ARE 905149	ARE 905149	Possibilidade de lei proibir o uso de máscaras em manifestações públicas.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
914	RE 928943	RE 928943	Constitucionalidade da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE sobre remessas ao exterior, instituída pela Lei 10.168/2000, posteriormente alterada pela Lei 10.332/2001.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
918	RE 940769	RE 940769	Inconstitucionalidade de lei municipal que estabelece impeditivos à submissão de sociedades profissionais de advogados ao regime de tributação fixa ou per capita em bases anuais na forma estabelecida pelo Decreto-Lei n. 406/1968 (recepcionado pela Constituição da República de 1988 com status de lei complementar nacional).	Há	Mérito julgado		Sim (art. 1.035, § 5º, NCP)
919	RE 776594	RE 776594	Competência tributária municipal para a instituição de taxas de fiscalização em atividades inerentes ao setor de telecomunicações, cuja competência legislativa e para a exploração é exclusiva da União.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
921	ARE 848993	ARE 848993	Tríplice acumulação de vencimentos e proventos decorrentes de ingressos em cargos públicos anteriores à EC n. 20/1998.	Há (com reafirmação de jurisprudência)	Acórdão de mérito publicado	É vedada a cumulação tríplice de vencimentos e/ou proventos, ainda que a investidura nos cargos públicos tenha ocorrido anteriormente à EC 20/1998.	
922	RE 820823	RE 820823	Desligamento de associado condicionado à quitação de débitos e/ou multas.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
924	RE 966177	RE 966177	Tipicidade das condutas de estabelecer e explorar jogos de azar em face da Constituição da República de 1988. Recepção do "caput" do art. 50 do Decreto-Lei n. 3.688/1941 (Lei das Contravenções Penais).	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
932	RE 828040	RE 828040	Possibilidade de responsabilização objetiva do empregador por danos decorrentes de acidentes de trabalho.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
933	ARE 875958	ARE 875958	Balizas constitucionais para a majoração de alíquota de contribuição previdenciária de regime próprio de previdência social.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		Sim (art. 1.035, § 5º, NCP)
934	RE 835291	RE 835291	Constitucionalidade da vinculação de receita arrecadada com multas tributárias para o pagamento de adicional de produtividade fiscal.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		



TJDFT

Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Secretaria Judiciária - SEJU
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
935	ARE 1018459	ARE 1018459	Inconstitucionalidade da contribuição assistencial imposta aos empregados não filiados ao sindicato, por acordo, convenção coletiva de trabalho ou sentença.	Há (com reafirmação de jurisprudência)	Acórdão de mérito publicado	É inconstitucional a instituição, por acordo, convenção coletiva ou sentença normativa, de contribuições que se imponham compulsoriamente a empregados da categoria não sindicalizados.	
936	RE 609517	RE 609517	Exigência de inscrição de advogado público nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil para o exercício de suas funções públicas	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
937	ARE 999425	ARE 999425	É constitucional o tipo penal previsto no art. 2º, inc, II da Lei n. 8.137/1990, por não se configurar a conduta nele descrita como mero ilícito civil.	Há (com reafirmação de jurisprudência)	Acórdão de mérito publicado	Os crimes previstos na Lei nº 8.137/1990 não violam o disposto no art. 5º, inc. LXVII, da Constituição da República.	
939	RE 1043313	RE 1043313	Possibilidade de as alíquotas da contribuição ao PIS e da COFINS serem reduzidas e restabelecidas por regulamento infralegal, nos termos do art. 27, § 2º, da Lei n. 10.865/2004.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
940	RE 1027633		Responsabilidade civil subjetiva do agente público por danos causados a terceiros, no exercício de atividade pública.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
941	RE 972598		Possibilidade de afastar-se o prévio procedimento administrativo disciplinar – PAD, ou suprir sua eventual deficiência técnica, na hipótese de oitiva do condenado em audiência de justificação no juízo da execução penal, realizada na presença do ministério público ou defensor.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
942	RE 1014286		Possibilidade de aplicação das regras do regime geral de previdência social para a averbação do tempo de serviço prestado em atividades exercidas sob condições especiais, nocivas à saúde ou à integridade física de servidor público, com conversão do tempo especial em comum, mediante contagem diferenciada.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
944	ARE 954858		Alcance da imunidade de jurisdição de Estado estrangeiro em relação a ato de império ofensivo ao direito internacional da pessoa humana.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
946	RE 985392		Legitimidade dos Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal para propor e atuar em recursos e meios de impugnação de decisões judiciais em trâmite no Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça, oriundos de processos de sua atribuição, sem prejuízo da atuação do Ministério Público Federal.	Há (com reafirmação de jurisprudência)	Acórdão de mérito publicado	Os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal têm legitimidade para propor e atuar em recursos e meios de impugnação de decisões judiciais em trâmite no STF e no STJ, oriundos de processos de sua atribuição, sem prejuízo da atuação do Ministério Público Federal.	
950	RE 632115		Responsabilidade civil objetiva do Estado por atos protegidos por imunidade parlamentar.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
951	RE 1023750		Direito dos servidores federais às diferenças relacionadas ao reajuste de 47,11% sobre a parcela denominada adiantamento do PCCS (adiantamento pecuniário) após a mudança para o regime estatutário.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
952	RE 979742		Conflito entre a liberdade religiosa e o dever do Estado de assegurar prestações de saúde universais e igualitárias.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
953	RE 859376		Possibilidade de, em nome da liberdade religiosa, excepcionar obrigação imposta a todos relativa à identificação civil.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
958	RE 936790		Aplicação do art. 2º, § 4º, da Lei federal n. 11.738/2008, que dispõe sobre a composição da carga horária do magistério público nos três níveis da Federação.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		



TJDFT

Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Secretaria Judiciária - SEJU
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
961	ARE 1038507		Impenhorabilidade de propriedade familiar, localizada na zona rural, que não é o único bem imóvel dessa natureza pertencente à família.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
962	RE 1063187		Incidência do Imposto de renda - Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a taxa Selic (juros de mora e correção monetária) recebida pelo contribuinte na repetição do indébito.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
964	RE 1037926		Precedência da promoção por antiguidade sobre a remoção de magistrados estaduais.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
966	RE 1059466		Isonomia entre as carreiras da magistratura e do Ministério Público: direito dos juízes do Poder Judiciário da União à licença-prêmio (ou à indenização por sua não fruição).	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
967	RE 1054110		Proibição do uso de carros particulares para o transporte remunerado individual de pessoas.	Há	Mérito julgado		
968	RE 1007271		Competência legislativa da União para dispor sobre normas gerais em matéria previdenciária no que diz respeito ao descumprimento da Lei 9.717/1998 e do Decreto 3.778/2001 pelos demais entes federados.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
969	RE 902261		Limites do poder regulamentar da Comissão de Valores Mobiliários - CVM quanto à atividade profissional de auditor independente e às pessoas naturais ou jurídicas a ele vinculadas, disposto sobre infrações e punições.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
970	RE 732686		Análise das inconstitucionalidades formal e material de lei municipal que dispõe sobre o meio ambiente.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
971	RE 1007860		Possibilidade da participação exclusiva de empresas do setor sucroalcooleiro situadas nas regiões Norte e Nordeste na denominada cota americana, que representa o volume de açúcar destinado ao mercado preferencial americano (art. 7º da Lei n. 9.362/1996).	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
973	RE 1058333		Possibilidade de remarcação do teste de aptidão física de candidata grávida à época de sua realização, independentemente de haver previsão expressa nesse sentido no edital do concurso público.	Há	Mérito julgado	É constitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público	
974	ARE 1054490		Possibilidade de candidaturas avulsas para pleitos majoritários.	Há	Analisada Preliminar de Repercussão Geral		
975	ARE 946410		Possibilidade de aplicação do teto constitucional à verba decorrente da conversão em pecúnia de licença-prêmio não usufruída.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
976	RE 968646		Equiparação do valor das diárias devidas a membros do Ministério Público e do Poder Judiciário.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
977	ARE 1042075		Aferição da licitude da prova produzida durante o inquérito policial relativa ao acesso, sem autorização judicial, a registros e informações contidos em aparelho de telefone celular, relacionados à conduta delitiva e hábeis a identificar o agente do crime.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
979	RE 1040515		Discussão sobre a licitude da prova obtida por meio de gravação ambiental realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro, na seara eleitoral.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
980	RE 1086583		Discussão alusiva à intangibilidade da coisa julgada quanto aos juros estabelecidos em processo de conhecimento ou em execução contra a Fazenda Pública e, ainda, sobre a possibilidade de limitação dos efeitos pecuniários da condenação ao advento do regime jurídico único (RJU).	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
982	RE 860631		Discussão relativa à constitucionalidade do procedimento de execução extrajudicial nos contratos de mútuo com alienação fiduciária de imóvel, pelo Sistema Financeiro Imobiliário - SFI, conforme previsto na Lei n. 9.514/1997.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
984	RE 976610	Natureza jurídica dos reajustes concedidos aos servidores da carreira militar pela Lei n. 7.622/2000		Há (com reafirmação de jurisprudência)	Acórdão de mérito publicado	O Supremo Tribunal Federal veda o aumento de vencimentos pelo Poder Judiciário com base no princípio da isonomia, na equiparação salarial ou a pretexto da revisão geral anual, não sendo devida, portanto, a extensão do maior reajuste concedido pela Lei estadual nº 7.622/2000 aos soldados de toda a categoria dos policiais militares do Estado da Bahia, dispensada a devolução de valores eventualmente recebidos de boa-fé até a data de conclusão do presente julgamento no Plenário Virtual desta Corte.	
985	RE 1072485		Natureza jurídica dos reajustes concedidos aos servidores da carreira militar pela Lei n. 7.622/2000, do Estado da Bahia.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
986	RE 1096029		Discussão acerca da constitucionalidade do § 3º do artigo 224 do Código Eleitoral no tocante à necessidade de realização de novas eleições sempre que ocorrer o indeferimento do registro de candidatura, em pleito majoritário, independentemente do número de votos então anulados.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
987	RE 1037396		Discussão sobre a constitucionalidade do art. 19 da Lei n. 12.965/2014 (Marco Civil da Internet) que determina a necessidade de prévia e específica ordem judicial de exclusão de conteúdo para a responsabilização civil de provedor de internet, websites e gestores de aplicativos de redes sociais por danos decorrentes de atos ilícitos praticados por terceiros.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
988	RE 1018911		Possibilidade de desoneração do estrangeiro com residência permanente no Brasil em relação às taxas cobradas para o processo de regularização migratória.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
989	RE 1093553		Discussão sobre a constitucionalidade do art. 233 do Código Penal (Praticar ato obsceno em local público, ou aberto ou exposto ao público) por suposta afronta ao princípio da reserva legal (art. 5º, inc. XXXIX, da Constituição da República) no que se refere à taxatividade do tipo penal descrito.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		



TJDFT

Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Secretaria Judiciária - SEJU
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
990	RE 1055941		afins penais, dos dados bancários e fiscais do contribuinte, obtidos pela Receita Federal no l	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
991	RE 1059819		nttrato de concessão de serviço público que autoriza a incidência de reajuste de tarifa telefôn	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
992	RE 960429		Discussão quanto à competência para processar e julgar controvérsias nas quais se pleiteiam questões afetas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame, em face de pessoa jurídica de direito privado.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		Sim (art. 1.035, § 5º, NCPC)
994	RE 1089282		Controvérsia relativa à competência para processar e julgar demandas nas quais se discutem o recolhimento e o repasse de contribuição sindical de servidores públicos regidos pelo regime estatutário, questão não abrangida pela ADI n. 3.395.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
995	RE 1075412		Controvérsia relativa à liberdade de expressão e ao direito à indenização por danos morais, devidos em razão da publicação de matéria jornalística na qual se imputa prática de ato ilícito a determinada pessoa.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		



TJDFT

Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Secretaria Judiciária - SEJU
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
996	RE 968414		Possibilidade de revisão de benefício previdenciário pelo valor nominal do reajuste do salário mínimo, sempre que mais vantajoso que o reajuste nominal dos demais benefícios.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
998	ARE 959620		Controvérsia relativa à ilicitude da prova obtida a partir de revista íntima de visitante em estabelecimento prisional, por ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana e à proteção ao direito à intimidade, à honra e à imagem.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
999	RE 654833		Imprescritibilidade da pretensão de reparação civil de dano ambiental.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
1000	RE 1133118		Discussão quanto à constitucionalidade de norma que prevê a possibilidade de nomeação de cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante, para o exercício de cargo político.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
1001	RE 910552		Límites da competência legislativa municipal em matéria de contratação pública e âmbito de incidência da vedação constitucional ao nepotismo (restrita à contratação de mão de obra pela Administração Pública ou extensiva à celebração de contratos administrativos)	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
1002	RE 1140005		Discussão relativa ao pagamento de honorários à Defensoria Pública em litígio com ente público ao qual vinculada.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
1003	RE 979962		Discussão relativa à constitucionalidade do art. 273 do Código Penal, para aqueles que importam medicamento sem registro sanitário	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
1004	RE 629647			Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
1007	RE 862668		Controvérsia relativa à impossibilidade de redução dos vencimentos de prestador de serviço no exterior, com regime convertido compulsoriamente nos termos do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), no momento de sua transferência para o Brasil.	Não há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		



TJDFT

Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Secretaria Judiciária - SEJU
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
1011	RE 827996		Controvérsia relativa à existência de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal para ingressar como parte ou terceira interessada nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e, conseqüentemente, à competência da Justiça Federal para o processamento e o julgamento das ações dessa natureza.	Há	Analisada Preliminar de Repercussão Geral		
1012	RE 1025986		Controvérsia relativa à incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS - na venda de automóveis integrantes do ativo imobilizado de empresas locadoras de veículos adquiridos diretamente das montadoras, independentemente de a compra ter ocorrido em prazo inferior a um ano.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
1013	RE 1070522		Controvérsia relativa à nulidade de procedimento licitatório de outorga de permissão para exploração de serviço de radiodifusão comercial no qual, com amparo nas disposições do Decreto nº 52.795/1963, se fixaram percentuais mínimos e máximos a serem observados pelas emissoras de rádio na produção e na transmissão de programas culturais, artísticos e jornalísticos locais.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
1015	RE 886131		Constitucionalidade da exigência de um período de carência para candidatos a cargos públicos que tenham se recuperado de doença grave.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
1016	RE 1141156		Constitucionalidade da inclusão dos expurgos inflacionários na correção monetária incidente sobre valores depositados judicialmente.	Há	Analisada Preliminar de Repercussão Geral		
1019	RE 1162672		Direito de servidor público que exerça atividades de risco de obter, independentemente da observância das regras de transição das Emendas Constitucionais nºs 41/03 e 47/05, aposentadoria especial com proventos calculados com base na integralidade e na paridade.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
1020	RE 1167509		Controvérsia alusiva à constitucionalidade de lei municipal a determinar retenção do imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS – pelo tomador de serviço, em razão da ausência de cadastro, na Secretaria de Finanças de São Paulo, do prestador não estabelecido no território do referido Município.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
1021	ARE 1099099		Dever do administrador público de disponibilizar obrigação alternativa para servidor em estágio probatório cumprir deveres funcionais a que está impossibilitado em virtude de sua crença religiosa.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
1022	RE 688267		Dispensa imotivada de empregado de empresa pública e de sociedade de economia mista admitido por concurso público.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
1023	ARE 1172622		Situações abrangidas pelo prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei nº 8.213/91, tendo em vista a interpretação do termo revisão contido no referido dispositivo legal.	Não Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
1024	RE 1049811		Inclusão dos valores retidos pelas administradoras de cartões na base de cálculo das contribuições ao PIS e da COFINS devidas por empresa que recebe pagamentos por meio de cartões de crédito e débito.		Analisada Preliminar de Repercussão Geral		
1030	RE 1007436		Definição do termo inicial do prazo para a propositura da ação rescisória em casos de alegada fraude contra o Erário e contra a administração da Justiça.	Não Há	Analisada Preliminar de Repercussão Geral		
1031	RE 1017365		Definição do estatuto jurídico-constitucional das relações de posse das áreas de tradicional ocupação indígena à luz das regras dispostas no artigo 231 do texto constitucional.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
1032	RE 1177699		Direito de candidato estrangeiro à nomeação em concurso público para provimento de cargos de professor, técnico e cientista em universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais, nos termos do art. 207, § 1º, da Constituição Federal.	Há	Analisada Preliminar de Repercussão Geral		
1033	RE 666094		Saber se a imposição de pagamento pelo Poder Público de preço arbitrado pela unidade hospitalar, para ressarcir serviços de saúde prestados por força de decisão judicial, viola o regime de contratação da rede complementar de saúde pública (art. 199, §§ 1º e 2º, da CF/1988).	Há	Analisada Preliminar de Repercussão Geral		
1034	RE 660814		Sistema penal acusatório e determinação de tramitação direta do inquérito policial entre o Ministério Público e a Polícia Civil por Provimento da Corregedoria Geral de Justiça. Inteligência dos artigos 22, I; 128, §5º; 129, I e 144, IX da Constituição Federal.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
1035	ARE 990094		Constitucionalidade da utilização do tipo de atividade exercida pelo estabelecimento como parâmetro para definição do valor de taxa instituída em razão do exercício do poder de polícia.		Analisada Preliminar de Repercussão Geral		
1036	RE 1188352		Competência legislativa para editar norma sobre a ordem de fases de processo licitatório, à luz do art. 22, inciso XXVII, da Constituição Federal.	Há	Analisada Preliminar de Repercussão Geral		
1037	RE 1169289		Incidência de juros da mora no período compreendido entre a data da expedição do precatório ou da requisição de pequeno valor (RPV) e o efetivo pagamento.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
1038	RE 970823		Reconhecimento de adicional noturno constante da legislação civil a servidores militares estaduais, sem previsão expressa do direito na Constituição Federal.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
1039	RE 1026923		Obrigatoriedade de retransmissão do programa "A Voz do Brasil" em horário impositivo.	Há	Analisada Preliminar de Repercussão Geral		
1040	RE 626946		Constitucionalidade de lei de iniciativa parlamentar a criar conselho de representantes da sociedade civil com atribuição de fiscalizar ações do Executivo.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
1041	RE 1116949		Admissibilidade, no âmbito do processo penal, de prova obtida por meio de abertura de encomenda postada nos Correios, ante a inviolabilidade do sigilo das correspondências.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
1042	RE 1090591		Condicionamento do despacho aduaneiro de bens importados ao pagamento de diferenças apuradas por arbitramento da autoridade fiscal.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
1043	ARE 1175650		A utilização da colaboração premiada no âmbito civil, em ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público em face do princípio da legalidade (CF, art. 5º, II), da imprescritibilidade do ressarcimento ao erário (CF, art. 37, §§ 4º e 5º) e da legitimidade concorrente para a propositura da ação (CF, art. 129, § 1º).	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
1044	RE 1178617		Legitimidade do Ministério Público de Contas para impetrar mandado de segurança contra julgado do Tribunal de Contas perante o qual atua.	Há (com reafirmação de jurisprudência)	Acórdão de mérito publicado		
1045	RE 1183025		Existência de justo título de propriedade, por parte da União, das terras localizadas na gleba Rio Anil, situada na Ilha Upaon-Açu (Ilha de São Luís, Maranhão), para efeito de cobrança de foro, laudêmio ou taxa de ocupação após a Emenda Constitucional nº 46/05.	Não há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
1046	ARE 1121633		Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.	Há	Acórdão de mérito publicado		
1047	RE 1178310		Constitucionalidade da majoração, em um ponto percentual, da alíquota da COFINS-Importação, introduzida pelo artigo 8º, § 21, da Lei nº 10.865/2004, com a redação dada pela Lei nº 12.715/2012, e da vedação ao aproveitamento integral dos créditos oriundos do pagamento da exação, constante do § 1º-A do artigo 15 da Lei nº 10.865/2004, incluído pela Lei nº 13.137/2015.	Há	Acórdão de mérito publicado		
1048	RE 1187264		Inclusão do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB.	Há	Analisada Preliminar de Repercussão Geral		
1049	RE 1156197		Possibilidade de técnico em farmácia assumir responsabilidade por drogaria, após a vigência da Lei nº 13.021/2014.	Há	Acórdão de Repercussão Geral publicado		
1050	RE 1199021		Vedação imposta às pessoas jurídicas optantes do Simples Nacional de usufruir o benefício de alíquota zero incidente sobre o PIS e a COFINS no regime de tributação monofásica.	Há	Analisada Preliminar de Repercussão Geral		
1051	RE 833291		Obrigatoriedade, instituída por lei municipal, de implantação de ambulatório médico ou unidade de pronto-socorro em shopping centers.	Há	Analisada Preliminar de Repercussão Geral		
1052	RE 1141756		Possibilidade de creditamento de ICMS cobrado em operação de entrada de aparelhos celulares em empresa prestadora de serviço de telefonia móvel, posteriormente cedidos, mediante comodato, a clientes.	Há	Analisada Preliminar de Repercussão Geral		
1053	RE 1167478		Separação judicial como requisito para o divórcio e sua subsistência como figura autônoma no ordenamento jurídico brasileiro após a promulgação da EC nº 66/2010.	Há	Analisada Preliminar de Repercussão Geral		
1054	RE 1182189		Controvérsia relativa ao dever, por parte da Ordem dos Advogados do Brasil, de prestar contas ao Tribunal de Contas da União.	Há	Analisada Preliminar de Repercussão Geral		
1055	RE 1209429		Responsabilidade civil do Estado em indenizar profissional da imprensa ferido duramente cobertura jornalística em tumulto entre manifestantes e policiais.		Em julgamento		



TJDFT

Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Secretaria Judiciária - SEJU
Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP

Tema	Paradigma Atual	Paradigma Desafetado	Título	Repercussão Geral	Situação do Tema	Tese Firmada	Suspensão
1056	RE 1210727		Constitucionalidade de lei municipal que proíbe a soltura de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos produtores de estampidos.		Em julgamento		